



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB
Assessoria de Comunicação PCrN/Rede Rua
28/02 à 06/03/2009



SUMÁRIO

Estudos jurídicos receberão até R\$ 800 mil.....	2
OAB recebe relatório sobre tortura em presídio do Acre	2
Jardim Ângela (SP) realiza conferência sobre segurança pública.....	3
Mídia brasileira discrimina e criminaliza infrator pobre	4
Polícia Estadual - Crescem os registros de violência contra a mulher em Macapá	5
Delegacia da Mulher recebe em média 30 denúncias por dia	6
Diretor terá que se explicar sobre mortes na penitenciária.....	6
Diretor do Iapen será ouvido amanhã na Assembleia Legislativa	7
Crimes e torturas contra brasileiros na fronteira de Oiapoque serão discutidos na primeira reunião Trans- fronteiriça	8
Segurança pública e fraternidade.....	8
Lei de Minas que cria assistente jurídico é suspensa	9
Justiça capixaba fará mutirão neste sábado	10
Defensoria Pública arrecada livros para presas.....	10
Referências éticas	11
Ineditismo das novas penitenciárias femininas é destaque	12
SAP construirá 49 unidades prisionais.....	13
Justiça e paz: um abraço necessário	16
Vistoria encontra vários objetos ilegais em celas do Iapen.....	17
Videoconferência compromete autodefesa	17
TJ de Alagoas implantará advocacia voluntária.....	18
Segurança Pública e Fraternidade	19
Encontros em Santa Catarina discutem penas alternativas.....	20
Penas e Medidas Alternativas superam ainda mais o número de presos	20
Estatuto humaniza presídios	22
STF julga inconstitucional execução provisória da pena	24



06/03/2009

PNUD

Estudos jurídicos receberão até R\$ 800 mil

Dez pesquisas sobre Direito em temas escolhidos pelo Ministério da Justiça terão verba de R\$ 80 mil cada; inscrições vão até 13 de março

da PrimaPagina

O Ministério da Justiça vai dar apoio financeiro de até R\$ 80 mil a dez projetos de pesquisa jurídica a serem concluídos até março de 2010. O objetivo é aproximar a Secretaria de Assuntos Legislativos, órgão que subsidia o governo com a elaboração pareceres jurídicos, do que há de mais novo sendo produzido em conhecimento jurídico na academia. A iniciativa, chamada **Pensando o Direito**, têm inscrições abertas para instituições de pesquisa até o dia 13 de março.

Na terceira edição do Pensando o direito, a parceria nas pesquisas serão firmadas em dez áreas temáticas passíveis de nova elaboração ou alteração legislativa. Podem participar da seleção faculdades e universidades, fundações mantenedoras, instituições de apoio e amparo à pesquisa, centros de pesquisa e entidades não-governamentais que atuam ou realizam estudos dentro das áreas temáticas propostas. No entanto, o Ministério recomenda que na elaboração das propostas sejam consideradas as dimensões de gênero, raça e etnia, além das possíveis diferenças regionais e geográficas do Brasil que tenham impacto sobre o objeto estudado, e suas conseqüências para eventuais propostas legislativas.

Este ano, as áreas temáticas do projeto são: “Os novos procedimentos penais”, “Avaliação da nova lei de falências (Lei nº 11.101/2005)”, “Agências reguladoras e a tutela do consumidor”, “Concessão de crédito e a proteção do consumidor”, “O papel da vítima no processo penal”, “Medidas assecuratórias no processo penal”, “Análise das justificativas para a produção de normas penais”, “Estatuto da Criança e do Adolescente: apuração do ato infracional atribuído a adolescente”, “Conferências nacionais, participação social e processo legislativo” e “Juntas comerciais”.

As instituições selecionadas ficarão responsáveis pela coordenação de grupos de pesquisa e pela elaboração de relatórios relacionados com cada área temática. No ato da inscrição, elas deverão apresentar um projeto de pesquisa que se enquadre em uma das áreas indicadas, além da equipe designada para desenvolvê-lo.

Também é necessário indicar para coordenador um profissional com título de Doutor em um ramo relacionado ao tema da candidatura. O prazo final para a conclusão das pesquisas contempladas pelo projeto vai até 20 de março de 2010.

05/03/2009

Última instância

OAB recebe relatório sobre tortura em presídio do Acre

A seccional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no Estado do Acre recebeu um relatório enviado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos que confirma a existência de tortura e espancamento de detentos da Unidade de Recuperação Social e Segurança Máxima Antonio Amaro.

De acordo com informações da OAB, as afirmações são baseadas nos depoimentos dos detentos. Eles relatam que recebem socos em seus estômagos frequentemente, o que faz com que eles vomitem tudo que comem.

Eles disseram, ainda, sentir fortes dores internas, necessitando sempre de cuidados médicos. Segundo um dos depoimentos, familiares são barrados na portaria da unidade quando tentam entrar com roupas e há



casos em que o reeducando passa mais de uma semana com a roupa do corpo.

Entre outras questões graves que podem ser observadas no relatório enviado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos estão a afronta à Constituição Federal e à lei que trata dos crimes de tortura.

O relatório aponta que, na mesma semana em que ocorreram as agressões, foram identificados os possíveis responsáveis pela violência.

05/03/2009

Ministério da Justiça /

Portal Segurança com Cidadania (www.segurancacidade.org.br)

Jardim Ângela (SP) realiza conferência sobre segurança pública

O Jardim Ângela, distrito da capital paulista, realiza nesta sexta-feira (6), a partir das 8h30, na Paróquia Santos Mártires, uma etapa preparatória da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). O objetivo é discutir temas como o controle social e a prevenção do crime, que constarão de um relatório que irá para a fase nacional da Conferência.

Segundo a secretária-executiva da 1ª Conseg, Fernanda dos Anjos, que participará do evento no Jardim Ângela, em 1996 a região foi considerada uma das mais violentas do mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU). "A finalidade da Conferência é apontar os rumos para a criação de uma política nacional de segurança e queremos contar com o conhecimento das comunidades".

Para reverter o quadro apontado pela ONU, os moradores se uniram. A mobilização conquistou mais investimentos públicos, ampliou o policiamento comunitário e fez cair os índices de criminalidade. "Em 2001 tivemos mais de 200 homicídios para cada 100 mil habitantes. Em 2007 o número de mortes caiu para 20, sobre o mesmo contingente", destaca Ana Sílvia Puppim, do Fórum em Defesa da Vida (FDV), entidade organizadora da conferência livre.

A expectativa é de que mais de 300 pessoas – entre cidadãos comuns, organizações sem fins lucrativos, gestores públicos e policiais - participem da atividade na Paróquia Santos Mártires. "A sociedade civil tem muito a contribuir. Queremos políticas públicas de segurança de longo prazo, irreversíveis e que não fiquem mais ao gosto deste ou daquele governo", defende Célia Cymbalista, uma das coordenadoras do FDV e moradora do Jardim Ângela.

Mais participação - O objetivo das conferências livres é ampliar o espaço de diálogo social no âmbito da 1ª Conseg. Qualquer grupo pode promover esse tipo de evento e ajudar o governo federal a construir o futuro da segurança pública no Brasil. O manual com as instruções para realizar conferências livres está disponível no portal www.conseg.gov.br.

1ª Conseg - Convocada por decreto presidencial em dezembro de 2008, a 1ª Conseg será realizada de 27 a 30 de agosto, em Brasília. Antes, de março a maio, ocorrem as conferências municipais. As estaduais serão realizadas em junho e julho. Também estão previstas outras formas de participação como concurso de monografia, festival de música, mostra de vídeo, cursos de capacitação e conferências virtuais.



05/03/2009

MNDH

Mídia brasileira discrimina e criminaliza infrator pobre

“A forma com que a mídia brasileira – os jornais e as revistas, as emissoras da rádio e de TV – retrata o infrator pobre e o infrator de classe média ou rico é escandalosa e desumana.”

A análise é do coordenador nacional do MNDH, Gilson Cardoso, a propósito da matéria “Vende armas e drogas no Morro do Turano, mas nasceu e vive na Lagoa”, do jornal O Globo, do Rio de Janeiro, publicada no último dia 14 de fevereiro.

Gilson Cardoso faz coro à Rede CCAP que também aponta o preconceito da mídia brasileira com relação aos infratores pobres.

“Vamos comparar o tratamento dado pelo jornal aos bandidos ricos com o destinado aos bandidos pobres. Os primeiros são, nas palavras de O Globo, ‘jovens de classe média’, ‘fornecedores’, ‘negociantes’, ‘distribuidores’, ‘acusados’. Os segundos, nas mesmas matérias, publicadas nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro, são ‘bandidos’, ‘criminosos’, ‘traficantes’.

Em sua crítica, corroborada pelo coordenador nacional do MNDH, a Rede CCAP desmistifica o preconceito com um exemplo tirado do texto do jornal: “Ele (o infrator de classe média) e seu grupo buscavam armas no Paraguai, negociando-as com os criminosos. Perceberam? O traficante da zona sul é negociante; o da favela é criminoso. Outra frase: ‘dois jovens eram também responsáveis pela venda de fuzis a bandidos’. O da zona sul, então, é vendedor. E quem compra é bandido.”

Gilson Cardoso também defende a tese de que “são estas sutilezas na escolha das palavras que justificam ‘choques de ordem’ nas favelas. Elas garantem os mandatos de busca coletivos, quando toda uma comunidade é considerada suspeita. E são elas que dão credibilidade aos de autos de resistência dos polícias. Dizem que mataram para se defender.”

“As escolhas das palavras, dos títulos, das informações transmitidas transformam, aos olhos dos leitores, os meninos das favelas em bandidos em potencial. Uma classe perigosa. Assim, sobre eles, caem, com a ajuda e o olhar complacente da mídia empresarial, os batalhões de choque e os caveirões. Aparatos repressivos que mantêm esses meninos e seus pais como cidadãos de quinta categoria, sempre suspeitos e marcados para morrer.”

Mídia alternativa

No meio da discussão sobre o tratamento diferenciado, outra questão preponderante: a responsabilidade da mídia alternativa.

“É ela que pode combater o senso comum. Este diz que quem mora em favela é bandido. Diz também que bandido bom é bandido morto. Moral da história: quem mora em favela deve morrer.”

“Combater as idéias veiculadas diariamente pelos jornais da classe dominante é um imperativo para todos os jornalistas que acreditam, como lembra o correspondente do Brasil de Fato na Bolívia, Marcelo Salles, no seu juramento profissional: ‘A Comunicação é uma missão social. Por isto, juro respeitar o público, combatendo todas as formas de preconceito e discriminação, valorizando os seres humanos em sua singularidade e na luta por sua dignidade’.”

A história

Na matéria de O Globo, um traficante preso no início do mês, no Rio de Janeiro, é “o atual dono de uma das bocas de fumo do Morro do Turano, na Tijuca, na Zona Norte do Rio de Janeiro”. Seu nome: Henrique Dornelles Forni, que “arrendou uma boca de fumo no local. O indivíduo nasceu e foi criado na Lagoa, endereço nobre do Rio de Janeiro. Lá vivia, em uma cobertura, até ser preso.”



“O traficante – segundo jornal - é o chefe de uma quadrilha desbaratada pela Polícia Federal no início de fevereiro. Fazem parte da gangue pelo menos 51 pessoas, todos os membros da elite carioca que vive na zona sul da cidade. A periculosidade do grupo é tamanha que cinco deles estão isolados em Bangu I, penitenciária de segurança máxima. Uma das acusações é de fornecimento de fuzis para o tráfico do Morro do Turano. Uma pista sobre como a droga e as armas chegam às favelas cariocas.”

Conferências

Para o coordenador nacional do MNDH, Gilson Cardoso, é importante que esse comportamento dos meios de comunicação seja debatido tanto na Conferência Nacional de Segurança Pública (que acontece em agosto deste ano em Brasília), quanto na Conferência Nacional de Comunicação, que também deve ocorrer em Brasília, mas em data ainda a ser definida.

“Precisamos escancarar os debates. Desmistificar os preconceitos e os preconceituosos. No Brasil ainda se criminaliza um ser humano pelo simples fato de ele nascer pobre.”

“O que se vê pelos meios de comunicação ligados à burguesia nacional são subterfúgios para classificar os infratores mais abastados de uma maneira mais amena e , de outro lado, o tacão da lei e da intolerância no trato das pessoas pobres deste país”, diz Cardoso.

04/03/2009

http://www.jornalagazeta-ap.com/policia_estadual.htm

Polícia Estadual - Crescem os registros de violência contra a mulher em Macapá

Em 2008, três mulheres foram mortas pelos maridos em Macapá. No último final de semana, uma teve a mão decepada com golpes de terçado.

No próximo domingo (08), o mundo celebra o Dia Internacional da Mulher, lembrando e referenciando suas conquistas e vitórias sociais e jurídicas ao longo da história. Dentre os grandes avanços, está a lei Maria da Penha, que alterou o Código Penal brasileiro.. A partir dessa reformulação, agressores de mulheres, no âmbito doméstico ou familiar, passaram a ser tratados com mais rigor, sendo presos em flagrante ou tendo a prisão preventiva decretada. O lado incerto dessa história é que as estatísticas do Centro Integrado de Operações de Defesa Social (Ciodes) são claras em mostrar que registros desse tipo vêm crescendo progressivamente nos últimos nos anos. Há quem diga que esse crescimento se justifica com a mudança na mentalidade das mulheres, que estariam perdendo o medo de denunciar. Mas embora as vítimas estejam de fato denunciando, a frequência com que a violência ocorre revela que a lei não influenciou num ponto principal que é a mentalidade masculina.

De acordo com o Ciodes (190), em 2007, foram registradas 5.484 ocorrências de agressões em ambiente doméstico. E pelo menos 9 mil denúncias chegaram ao conhecimento da polícia, em 2008. O bairro que mais serviu de palco para os delitos, foi o Congós com 598 solicitações, seguido de Novo Horizonte e Buritizal. A estatística demonstração, ainda, que grande parte desses conflitos e agressões domésticas ocorre entre 18 e 0h. Foram 4.104 chamadas nesse intervalo. Para se ter uma idéia do que os números representam, em Janeiro de 2007, houve 439 ocorrências, enquanto que em 2008, neste mesmo período, o órgão recebeu 629 solicitações. Em Janeiro deste ano, 715 pessoas registraram denúncia contra seus agressores e opressores. As informações foram repassadas pela assessoria de comunicação.

04/03/2009

http://www.jornalagazeta-ap.com/policia_estadual.htm

Delegacia da Mulher recebe em média 30 denúncias por dia

De acordo com a Delegada, Josymária Coelho, titular da Delegacia de Crimes Contra a Mulher (DCCM), em média 30 mulheres procuram a delegacia diariamente em razão de conflitos na família. “Neste ano, nenhum homicídio foi verificado”, frisou a delegada. “Mas no ano passado, três mulheres foram mortas por violência dos maridos”. Os casos mais corriqueiros que chegam à delegacia estão relacionados à ameaça, lesão corporal de natureza leve e crimes contra honra. E geralmente, o que motiva esse tipo atitude é o comportamento agressivo de muitos homens, conforme disse Josymária. “Existe uma conduta de dominação e machismo diante da mulher, e muitas vezes o ciúme acaba resultando em violência. O homem que determina e controla a vida social da mulher possui perfil de um agressor, além disso o álcool também está presente em grande parte das entradas aqui na delegacia”, explicou a delegada, relatando que no último final de semana, uma mulher cansada de viver com o companheiro acabou pagando preço caro pelo divórcio. O marido indignado e sem aceitar o rompimento, desferiu vários golpes de terçado e decepou a mão da esposa.

A Lei Maria da Penha é aplicada em todos os casos de violência doméstica ou familiar, que tenha a mulher como vítima. Espancamentos, ameaças, humilhações, agressões psicológica, tratamento hostil, prejuízos de patrimônio, violação de domicílio. Essas e outras tipificações, que são praticadas dentro do contexto familiar, por maridos, namorados, pai, irmão, mãe ou tia, estão incluídas na lei Maria da Penha. Se caso a violência tiver partido de pessoas sem grau de parentesco, ou afetividade, trata-se de termo circunstanciado, ou seja, não se relacionam a essa lei. “A sociedade precisava de um instrumento que garantisse proteção, uma vez que é mais difícil, para a mulher, lidar com violência quando ocorre dentro da própria casa. Antes, a vítima comparecia na delegacia, assinava-se um termo de ‘bom viver’, que se acreditava ter algum efeito. A mulher, depois, retornava ao convívio com a pessoa que lhe agrediu, e certamente voltava a ser agredida”, declarou Josymária. (C.L.)

04/03/2009

<http://www.diariodoamapa.com.br/policia.htm>

Diretor terá que se explicar sobre mortes na penitenciária

Membros da Comissão de Direitos Humanos da AL ouviram no ano passado as principais reclamações dos presos que estão trancafiados no regime “fechado”



Os constantes notícias de fugas, mortes, maus-tratos e superlotação no Instituto de Administração Penitenciário do Amapá (Iapen), tem sido motivo de grandes discussões no plenário da Assembleia Legislativa. Através de requerimento aprovado na casa, o deputado Paulo José (PR) convocou o diretor do Iapen, Coronel PM Walcyr Alberto Costa Santos, para no próximo dia 5 de março, às 9h30, prestar esclarecimentos em plenário sobre os gravíssimos fatos e situações denunciadas através de programas jornalísticos. O mesmo convite foi estendido ao governador do Estado, Antônio Waldez Góes. "Os fatos jornalísticos me motivaram a pleitear junto à Assembleia a presença urgente do diretor do Iapen para que ele nos informe sobre o que está sendo feito para coibir esses atos desumanos praticados por internos", justifica. Os inquéritos internos instaurados para apurar as mortes jamais foram divulgados pela direção da cadeia. Conforme os números da coordenação de Segurança do Iapen, em menos de dois meses quatro mortes foram registradas. A questão da superlotação, uma das agravantes para o índice de violência dentro do presídio, é um dos pontos fundamentais da discussão. Atualmente o Iapen abriga 1.459 apenados, dos quais 95 são mulheres.

04/03/2009

<http://www.diariodoamapa.com.br/policia.htm>

Diretor do Iapen será ouvido amanhã na Assembleia Legislativa

Os deputados que integram Comissão de Direitos Humanos da AL durante visitam aos detentos do Iapen

As constantes notícias de fugas, mortes, maus-tratos e superlotação no Instituto de Administração Penitenciário (Iapen) do Estado do Amapá, tem sido motivo de grandes discussões no plenário da Assembleia Legislativa. Através de requerimento aprovado na Casa o deputado Paulo José (PR), convocou o diretor do Iapen, Coronel PM, Walcyr Alberto Costa Santos, para no próximo dia 5 de março as 9h30, prestar esclarecimentos em plenário sobre os gravíssimos fatos e situações denunciadas através de programas jornalísticos. O mesmo convite foi estendido ao governador do Estado, Antonio Waldez Góes. "Os fatos jornalísticos me motivaram a pleitear junto a Assembleia a presença urgente do diretor do Iapen para que ele nos informe sobre o que está



sendo feito para coibir esses atos desumanos praticados por internos", justifica. A notícia de que três detentos foram assassinados de uma vez só, em um único dia, chamou a atenção do parlamento. "Ora, se três pessoas, no mínimo, foram assassinadas de uma vez só, este fato é muito grave em função de que são vidas que estão sendo ceifadas e que estão sob a tutela do Estado. É incomensurável o número de indenizações que o Estado terá que arcar em função não só da falta de cuidados com a pessoa que tem uma dívida social e está cumprindo pena, como também a responsabilidade civil e criminal de quem dirige, aí porque é o nosso papel institucional chamar o diretor da penitenciária para que ele venha a plenário e explique e justifique os fatos que ocorreram e, após a oitiva, a Casa tomar as providências que o caso requer", explicou PJ. Conforme os números da coordenação de Segurança do Iapen, em menos de dois meses, quatro mortes foram registradas. A questão da superlotação, uma das agravantes para o índice de violência dentro do presídio é um dos pontos fundamentais da discussão. Atualmente o Iapen abriga hoje 1.459 apenados dos quais 95 são mulheres.



04/03/2009

<http://www.diariodoamapa.com.br/policia.htm>

Crimes e torturas contra brasileiros na fronteira de Oiapoque serão discutidos na primeira reunião Trans-fronteiriça

O deputado estadual Paulo José Ramos (PR), presidente da Comissão de Defesa e Relações Exteriores da Assembléia Legislativa do Estado, irá, no próximo dia 12, à cidade de Saint-Georges, na Guiana Francesa. O parlamentar irá participar, como representante do legislativo estadual, da primeira reunião Trans-fronteiriça, evento que vai reunir o prefeito do município de Oiapoque Raimundo Agnaldo Chagas da Rocha (PP), com o representante guianense. De acordo com Paulo José, é mais uma oportunidade de discutir o impasse dos maus-tratos sofridos por brasileiros clandestinos em terras francesas. "São milhares de compatriotas, que vêm de diferentes Estados brasileiros para tentar dias melhores naquelas terras. Mesmo o caso sendo explorado à exaustão pela imprensa, pouca coisa mudou", diz o parlamentar. Caso exemplar foi o de Nerize Dias, que morreu afogada no rio Oiapoque, durante uma abordagem da Gendármerie, a polícia da Guiana. Ela, que não sabia nadar, fazia parte de um grupo de brasileiros que tentava imigrar ilegalmente para a capital, Cayenne. Ainda segundo o deputado, o problema fica mais exacerbado com a iminência da construção da ponte binacional entre os dois países, anunciada ano passado pelos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da França, Nicolas Sarkozy. Hoje, estima-se que pelo menos trinta mil brasileiros vivam clandestinamente na Guiana Francesa. Para o prefeito de Oiapoque, Agnaldo Chagas, além de discutir a situação, também é importante explorar o lado bom da relação com os vizinhos da fronteira. "Esse intercâmbio internacional pode ser positivo para ambos os lados, principalmente econômica e socialmente", diz o gestor.

04/03/2009

Correio da Cidadania

Segurança pública e fraternidade

Escrito por Frei Betto

Inicia-se, nesta Quaresma, a 47ª edição da Campanha da Fraternidade (CF), promovida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). O tema deste ano é "Fraternidade e segurança pública", e o lema "A paz é fruto da justiça" (Isaías 32, 17).

Segundo o documento da CF, entre os objetivos se destacam "suscitar o debate sobre segurança pública e contribuir para a promoção da cultura de paz; denunciar os crimes contra a ética, a economia e as gestões públicas, assim como a injustiça presente nos institutos de prisão especial, do foro privilegiado e da imunidade parlamentar para crimes comuns; favorecer a articulação de redes populares e de políticas públicas com vistas à superação da violência; apoiar as políticas governamentais valorizadoras dos direitos humanos".

A CNBB aponta três tipos de violência predominantes no Brasil: a estrutural, que nega cidadania a uma parcela da população e discrimina os "diferentes"; a física, como a tortura, a agressão à mulher, a exploração laboral e sexual de crianças; e a simbólica, através de ameaças e constrangimentos, negação de informação e disseminação da cultura do medo.

Talvez a mais freqüente e dissimulada seja a que ocorre dentro dos lares, desde maus tratos a empregadas às brigas entre casais; a agressão à mulher e aos filhos; as dependências químicas; o descaso pelos idosos; a pedofilia indenunciada e recorrente.



Uma das formas de violência mais visíveis hoje é a ambiental, que promove o desmatamento e a poluição das águas e do ar, favorece a emissão de CO2 na atmosfera e o aquecimento global; reduz a biodiversidade e as fontes de alimentos saudáveis. Há também a sutil, como alimentos transgênicos não-identificados, embalagens perniciosas à saúde, produtos com substâncias químicas nocivas.

Os dados da CNBB mostram que indígenas e pequenos agricultores têm perdido suas terras e sido assassinados em decorrência de conflitos fundiários. "Como não há limites, os que têm dinheiro se tornam proprietários da maior parte das terras; no outro extremo, quem não tem como comprar, fica sem nada, sem lugar para trabalhar e para viver. Como surgem os Sem-Terra e os Sem-Teto organizados, exigindo seus direitos, nada mais fácil que cresça a acusação e a imagem de que são baderneiros e, no limite, terroristas, e que ela seja combinada com o sentimento geral de que a violência direta ou a repressão policial é o prêmio destinado a quem se rebela contra a própria sorte" (p. 185).

A violência não reside apenas em agressões evidentes. Ela se imiscui até mesmo no nosso modo de pensar e falar, no discurso que considera a paz resultado do equilíbrio de forças ("mais cadeias, mais repressão") e não fruto da justiça. Há ainda a violência da mídia que invade os lares com programas pornográficos, exaltando a imbecilidade, a ociosidade vadia, o sucesso e a fama dos que transgridem as leis.

A CNBB propõe que o tema da segurança pública seja debatido em escolas, igrejas, fóruns, mídias. Sugere que se promova o diálogo com o poder público para a elaboração de programas, leis e políticas de segurança; que sejam organizados atos públicos em favor do tema; criem-se comissões de justiça e paz e de direitos humanos que possam acompanhar casos de violação desses mesmos direitos; denuncie e combata-se toda forma de trabalho escravo, de tráfico de pessoas, de exploração sexual, de violência doméstica.

Na prática de Jesus, três atitudes antiviolença se destacam: a humildade (fazer-se criança, Mateus 18, 4); o amor aos pobres e excluídos (Mateus 18,10 e 25, 31-40); o perdão (Mateus 18, 22). E o programa de justiça, capaz de engendrar a paz, contido no Sermão da Montanha (as bem-aventuranças, Mateus 5, 1-12).

04/04/2009

CONJUR/

Última Instância

Lei de Minas que cria assistente jurídico é suspensa

O Supremo Tribunal Federal confirmou nesta quarta-feira (4/3) decisão liminar que havia suspenso dispositivos de lei mineira que, em 1998, criou a função de assistente jurídico em penitenciárias de Minas Gerais, com remuneração equivalente à de defensor público. A norma enquadrava na função, sem a necessidade de concurso público, servidores estaduais que eram assistentes jurídicos das penitenciárias. Os ministros decidiram que a norma é inconstitucional.

A liminar foi deferida pelo Plenário do Supremo em março de 2000, com efeitos retroativos à data da criação da Lei 13.054, em dezembro de 1998. Nesta quarta-feira (4/3), o ministros julgaram o mérito e declararam a inconstitucionalidade do artigo 4º da norma, contestada na Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo governo de Minas Gerais em 1999.

A relatora da ação, ministra Cármen Lúcia, explicou que a lei foi criada por iniciativa parlamentar, às vésperas de um período eleitoral. Segundo ela, além de a matéria ser de competência exclusiva do governador, a lei fere dispositivo constitucional que somente permite a fixação de remuneração de servidor público por meio de lei específica (inciso X do artigo 37). "Esta norma é resultante de uma emenda parlamentar, num projeto que não constava dessa matéria e que foi incluído sem respeito nem à iniciativa do governador nem à possibilidade de haver orçamento suficiente para [o pagamento das remunerações]", considerou a ministra.

Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.



04/04/2009

CONJUR

Justiça capixaba fará mutirão neste sábado

O projeto Justiça Comunitária, programa do Judiciário capixaba que promove atendimento jurídico gratuito nos bairros periféricos da Grande Vitória, fará no sábado (7/3), o primeiro mutirão de audiências do ano.

A ação acontece no Centro Integrado de Cidadania (CIC), em Maruípe, a partir das 8h. Durante o mutirão, uma equipe formada por um juiz e três servidores vão analisar processos da área de família e ações da competência dos Juizados Especiais.

Serão julgadas causas como pedidos de separações consensuais, disputa por guarda de filhos, contratos de aluguéis e outros tipos de litígios. A população pode dar entrada nos processos durante o plantão de sábado. Para isso, basta apresentar documentos como carteira de identidade, certidão de casamento e nascimento dos filhos.

Até o fim do ano, estão programados 26 mutirões, que acontecerão aos sábados em todos os municípios da Grande Vitória, com exceção de Viana. Os atendimentos da Justiça Comunitária são feitos por meio de uma unidade móvel adaptada. O programa atende gratuitamente a causas com valor de até 40 salários mínimos.

Com informações da Assessoria de Comunicação do TJ-ES.

04/04/2009

CONJUR

Defensoria Pública arrecada livros para presas

A Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa da Defensoria Pública de São Paulo está arrecadando livros para doar para 2,6 mil internas da Penitenciária Feminina de Santa'ana. As obras podem ser entregues até, às 13h, de sexta-feira (6/3), na sede da Defensoria.

No sábado (7/3), nove defensores participam do evento onde serão distribuídos livros e cartilhas explicativas com os direitos e deveres da mulher presa. Segundo a coordenadora do Núcleo de Situação Carcerária Carmen Silvia Barros, as mulheres presas não podem ficar excluídas das homenagens oferecidas nesse período.

A atividade é uma parceria entre o Núcleo Especializado de Situação Carcerária, o Núcleo Especializado de Defesa da Mulher, a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa e a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Arrecadação de livros

Local: Rua Boa Vista n.º 103, 7.º andar, Centro de São Paulo.

Entrega: das 9h às 18h, na sexta-feira (6/3) das 9h às 13h.

Outras informações: pelo e-mail imprensa@dpsp.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3107-5055.

Com informações da Assessoria de Comunicação da Defensoria Pública de São Paulo.]



04/03/2009

ADITAL

Referências éticas

Dom Demétrio Valentini *

A Campanha da Fraternidade deste ano toca numa questão nevrálgica da sociedade, mostrando sua gravidade e a urgência de ser enfrentada com eficácia. A violência coloca em xeque a civilização atual. A recuperação da segurança pública é vista como indispensável para a sociedade se livrar do sentimento de frustração e de fracasso de suas instituições.

O crescimento da violência, na verdade, faz aumentar o clima de perplexidade, aumentando a desconfiança, e levando as pessoas a descreverem da possibilidade de uma sociedade baseada na justiça, na solidariedade e na paz.

Este sentimento pessimista em relação à possibilidade de convivência humana que seja marcada e conduzida por valores éticos, já foi expresso pelo ditado latino que mais enfatiza o pessimismo a respeito da humanidade: "homo homini lúpus", "o homem é lobo do próprio homem". Isto é, o homem tem dentro de si mesmo a tendência irrefreável à maldade para com seu semelhante.

Se assim for, está decretada a guerra permanente no seio da própria sociedade, com suas manifestações diversas de violência, que se tornariam a comprovação da maldade intrínseca da pessoa humana.

Esta visão da realidade é feita, sim, em decorrer de fatos reiterados. Mas está desprovida do horizonte maior de esperança nos destinos da humanidade. Esta esperança é comprovada pela lenta caminhada civilizatória, que chegou à consolidação de sociedades baseadas no respeito a toda pessoa humana e construídas sobre os pilares dos direitos humanos.

Esta visão fica reforçada pelas motivações religiosas, que enfatizam a ação de Deus em favor da humanidade, chamada a viver em comunhão fraterna, de paz e de justiça, com motivações positivas capazes de superar a violência pela misericórdia e pelo amor ao próximo.

A superação da violência, e a recuperação da segurança pública, se tornam, assim, o desafio central para consolidarmos a esperança numa sociedade em que possamos viver em clima de paz, que nos permita o cultivo de valores humanos que dão sentido ao nosso viver.

Assim, a segurança pública se torna parâmetro da esperança nos destinos da humanidade.

Outro parâmetro muito sensível em nosso tempo nos é oferecido pela consciência ecológica, que nos desperta para a urgente tarefa de equilibrarmos nossa relação com a natureza, com quem partilhamos de tantas maneiras as condições de nossa existência humana.

O respeito pela natureza, e o respeito pela dignidade de toda pessoa humana, se constituem nas duas balizas éticas que possuem os apelos mais sensíveis para o ser humano de hoje.

O empenho em verificar o quanto somos capazes de recuperar a segurança pública no ambiente em que vivemos, como nos propõe a Campanha da Fraternidade deste ano, se transforma em caminho para fortalecer a crença nas possibilidades do ser humano harmonizar sua vida em sintonia com a natureza e realizar sua vocação de comunhão fraterna, em sintonia com seu destino transcendental.

* Bispo de Jales, São Paulo.

03/03/2009

SAP

Ineditismo das novas penitenciárias femininas é destaque

Unidades serão as primeiras no Estado projetadas totalmente para mulheres



Além da abordagem sobre as novas unidades prisionais previstas na expansão de vagas do Governo, as principais características das penitenciárias femininas tiveram grande destaque na Audiência Pública realizada no dia 26 de fevereiro, no auditório do Instituto de Engenharia em São Paulo.

É a primeira vez na história que o Governo de São Paulo se propõe a construir penitenciárias com características que atendam necessidades femininas. Atualmente, todas elas são unidades masculinas adaptadas. É o caso da antiga Penitenciária do Estado, que desde sua inauguração, há mais de 75 anos, sempre abrigou homens. Em 2005, o prédio passou por uma reforma e foi renomeada “Penitenciária Feminina

Sant’Ana”, passando a receber mulheres.

As oito novas penitenciárias femininas baseiam-se em um projeto inédito e prevê um investimento de cerca de R\$ 45 milhões cada uma. Serão unidades para presas condenadas, com alas para regime semi-aberto e detenção provisória, totalizando 768 vagas.

Entre as novidades previstas estão: alas destinadas exclusivamente à amamentação, cuidados das gestantes e lactantes, consultórios médicos, odontológicos, enfermagem e primeiros socorros. Os pavilhões serão construídos com espaço para atividades esportivas, biblioteca, oficinas de trabalho, áreas de convivência e visitas, inclusive com playground e salas educativas para crianças. Haverá setores específicos para visita íntima e creche. Ao invés de muralhas, as novas penitenciárias terão alambrados com torres de vigilância.

As mães presas ficarão por seis meses com os bebês. Após esse período, durante os fins de semana, as crianças ficarão na creche da unidade. Outra novidade é o fim das revistas aos familiares, quando entram para a visita. Ao contrário do que acontece atualmente, nas novas penitenciárias femininas, as presas é que serão revistas antes e ao término da visitação. A intenção da SAP é diminuir o impacto causado na criança, ao ver a mãe presa.

Os prédios das unidades terão detalhes como rampas de acessibilidade e sanitários destinados a portadores de mobilidade reduzida e cadeirantes, além de sinalização tátil de alerta.

Elogios ao projeto

Kenarik Boujikian Felipe é juíza da 16ª Vara Criminal de SP e integra o Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas. Ao término das exposições da Audiência Pública, no espaço aberto à participação dos presentes, a juíza fez uso da palavra e defendeu a implantação dos novos modelos de unidade prisional. “Uma questão que considero fundamental é a construção dos presídios femininos. De fato, São Paulo nunca construiu uma penitenciária para mulheres, essa é a primeira vez que a



gente vê que o Governo assume publicamente que fará isso”. Elogiou. “Para esse grupo do qual faço parte é uma reivindicação antiga e realmente felicito o Secretário e todos os demais envolvidos por essa iniciativa”, disse.

A magistrada teceu considerações sobre as manifestações contrárias à instalação de presídios, principalmente por parte dos municípios. Segue abaixo trechos da fala da juíza:

“A minha preocupação se diz respeito às manifestações de repúdio às construções de presídios. Toda vez que a gente conversa em construção de presídios não existe uma cidade que diz: eu quero os presídios. Todos os municípios vão batalhar com o seu prefeito e secretários: nós queremos mais distritos policiais, mais delegacias, um fórum, mais Varas de Execuções.

(...)

O que me espanta – e acho que é isso que precisamos refletir, e aí eu digo todos os presentes, todo o Estado e sua população – é que nós produzimos sim, pessoas que cometem crimes. Essas pessoas não despencam do céu, essas pessoas são das nossas cidades, mas, na hora de construção, na hora que essa pessoa é condenada, nós não pensamos que elas têm de ficar em nossa cidade, em nossa região. Nós pensamos que elas têm de ir só para São Paulo. Por isso a palavra regionalização acaba sendo algo de tão avançado. Não é avançado. Nisso aí nós estamos atrasados há muitos e muitos anos. Por décadas nós concentramos presos aqui na Capital. É inaceitável imaginar que temos o direito de mandar as pessoas para fora das nossas cidades porque nós não queremos presídios.



(...)

Então eu acho que essa reflexão é necessária, pois não podemos partir do ponto de vista que

penitenciária não faz parte do rol dos direitos de segurança pública que todos nós temos direito. Penitenciária, prisão também é uma questão de segurança pública, que é um direito humano de todos nós. Claro que nós queremos mais educação, mais saúde e tantas outras coisas. Isso não elimina esse outro direito nosso, que é segurança pública e do qual faz parte construção de penitenciárias em nossa cidade. Se a gente não quer penitenciária, então deveríamos fechar o fórum, a delegacia de nosso municípios.”

03/03/2009

SAP

SAP construirá 49 unidades prisionais

O projeto prevê a criação de 39,5 mil novas vagas e cerca de 13,1 mil empregos diretos serão gerados

A Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) realizou na última quinta-feira 26/2, no auditório do Instituto de Engenharia em São Paulo, uma Audiência Pública para anunciar – e esclarecer aos interessados – o Programa de Construção de até 50 unidades prisionais em todo o Estado. A audiência obedece às disposições Legais e visa garantir à sociedade os princípios da publicidade, legalidade, transparência, impessoalidade e moralidade que regem a Administração Pública.

O Estado construirá 22 penitenciárias masculinas de regime fechado, que abrigarão presos condenados; seis penitenciárias femininas de regime fechado, com Alas de Progressão e Detenção provisória, para abrigar mulheres condenadas em regime semi-aberto e aguardando definição do processo de conhecimento, respectivamente; 10 Centros de Detenção Provisória (CDP) masculinos, para detentos que aguardam julgamento e seis Centros Progressão Penitenciária (CPP), para cumprimento de pena em regime semi-aberto, num total de 44 unidades. Somando-se as Penitenciárias Femininas de Tupi Paulista e

Tremembé, em vias de iniciarem as obras, além dos CDPs de Jundiaí e Franca e o CPP de São José do Rio Preto – que estão em construção – chega-se ao total de 49 novas unidades prisionais.

O evento abordou os principais aspectos que envolvem as obras de construção das unidades prisionais e serviu para conhecimento e esclarecimento de possíveis dúvidas, por parte das cerca de 150 pessoas que acompanharam as três etapas de apresentação do projeto. O público fez uso do microfone para manifestar opiniões e dirigir perguntas às autoridades.



A cerimônia foi presidida pelo Secretário da Administração Penitenciária, Antonio Ferreira Pinto, acompanhado do Secretário Adjunto da SAP, Lourival Gomes; Atílio Gerson Bertoldi, Coordenador da Unidade de Financiamentos, da Secretaria de Economia e Planejamento (SEPLAN); Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, Secretário Adjunto do Meio Ambiente (SMA); Marcelo de Aquino, Procurador Adjunto da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Thomas de Aquino Nogueira Neto, Diretor Presidente da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS).

Na abertura, Bertoldi apresentou esclarecimentos sobre os recursos financeiros que serão utilizados nas obras de construção, necessários à implantação do Programa e mostrou uma planilha com o orçamento de 2009. “É visível que se nós não cuidarmos da segurança, não teremos tranquilidade para administrar escolas, hospitais e o desenvolvimento econômico”, disse. “A Secretaria do Meio Ambiente tem analisado com o maior rigor os estudos e as áreas escolhidas e, dessa forma, poucos têm sido os questionamentos sobre essa matéria”, acrescentou Azevedo. Ele destacou os aspectos ambientais que devem ser observados para a implantação dos estabelecimentos penais, em especial, a questão do tratamento de esgoto e do licenciamento ambiental, que deve ser realizado pelo Departamento de Impacto Ambiental (Daia), em conjunto com a equipe técnica da CPOS. As apresentações se seguiram com imagens projetadas no telão, detalhando os aspectos técnicos que envolvem as obras de construção das unidades prisionais. Os slides foram devidamente explicados por Nogueira Neto.

A parte mais esperada, no entanto, foi a explicação do Secretário da SAP. Ferreira Pinto destacou que o projeto é de suma importância, não só para o sistema prisional paulista, como para toda a sociedade, pois possui peculiaridades específicas para melhorar o cumprimento de pena de presos já condenados, dos que aguardam julgamento ou dos que estão em regime semi-aberto. Uma das principais, destaca, é o aumento considerável no número de vagas, pois com a construção de 49 unidades serão geradas 39.504 e cerca de 13.190 novos servidores devem ser contratados. Além disso, possibilitará o esvaziamento das cadeia públicas e distritos policiais, hoje instalados em perímetro urbano e deve também eliminar o atual problema de superlotação das unidades prisionais.

Outro aspecto importante, segundo o secretário, é a regionalização das novas unidades, pois com o número de presídios que serão construídos, haverá a possibilidade de aproximar o preso da família e proporcionar o cumprimento da pena de maneira mais digna e humana. “A visita da família contribui decisivamente para o processo de recuperação do preso e também para atenuar a ansiedade motivada pela privação de liberdade”, avalia Ferreira Pinto. “Como o preso está cumprindo pena próximo à família – e a experiência diz isso – dificilmente cometerá faltas disciplinares, com receio de ser transferido”, completa.

O projeto prevê também, redução nos procedimentos de escolta para apresentação judicial; maior segurança para o servidor penitenciário, na medida em que a unidade passa a operar dentro da capacidade de lotação; redução na ocorrência de rebeliões e maior eficácia para coibir a entrada de celulares e objetos ilícitos.

Outra novidade são as penitenciárias femininas. Pelo novo projeto, elas serão construídas com padrões que atendem às necessidades das mulheres, uma vez que atualmente, todas as unidades do Estado que abrigam mulheres são prédios masculinos adaptados. Na nova estrutura haverá, por exemplo, berçário; creche; local adequado para visitas íntimas e área de visitação longe dos pavilhões habitacionais, tudo para dar condições de atendimento digno às presas. “A mulher exige cuidados especiais com relação à saúde e precisa de condições mais adequadas para receber visitas, pois tem um vínculo afetivo muito grande com os familiares”, explica Ferreira Pinto.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN/Rede Rua

28/02 à 06/03/2009



Saindo do papel

Atualmente o Estado de São Paulo possui três unidades prisionais em fase de construção. Um Centro de Detenção Provisória (CDP) na cidade de Jundiaí, outro em Franca e um Centro de Progressão Penitenciária (CPP) em São José do Rio Preto. Esse, após inaugurado possibilitará a desativação do atual Instituto Penal Agrícola (IPA), que está instalado em perímetro urbano na mesma cidade.

Outras unidades que ainda não tiveram as obras iniciadas, mas que já estão licitadas são: as penitenciárias femininas de Tupi Paulista, outra em Tremembé, com capacidade para 768 presas cada. Essa última será construída em parceria com o Governo Federal e permitirá a desativação da atual Penitenciária Feminina de Tremembé, atualmente instalada no perímetro urbano.

Além disso, já foram publicados Decretos tornando áreas de Utilidade Pública, nas cidades de Bernardino de Campos, Capela do Alto (que receberá duas unidades), Taquarituba, Florínea, Bom Jesus dos Perdões, Santos, Jardinópolis, Mogi das Cruzes, Votorantim, São Vicente, Mogi Guaçu, Guariba, Taiúva, Cerqueira Cesar, Pirajuí e Limeira, Pontal, Icem e Itapetininga.

Há ainda outras áreas em estudo para análise de viabilidade, que dependem de aprovação da secretaria do Meio Ambiente, conveniência da SAP e de acordo com os interesses regionais, para a construção desses presídios.

MUNICÍPIOS QUE TIVERAM TERRENOS DECLARADOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Bernardino de Campos
Capela do Alto
Taquarituba
Florínea
Pontal
Bom Jesus dos Perdões
Santos
Jardinópolis
Mogi das Cruzes
Votorantim
São Vicente
Mogi Guaçu
Guariba
Taiúva
Cerqueira César
Pirajuí
Limeira
Icém
Itapetininga



03/03/2009

Correio da Cidadania

Justiça e paz: um abraço necessário

Escrito por Maria Clara Lucchetti Bingemer

Como todos os anos, no início da Quaresma, a Igreja do Brasil realiza um movimento em nível nacional: a Campanha da Fraternidade. Neste ano de 2009, o tema é a violência nas urbes brasileiras e o desafio que isso representa para a segurança pública. Encontra sua raiz no coração da mensagem bíblica, mais exatamente no capítulo 32 do profeta Isaías: a paz não virá senão como fruto da justiça.

No texto-base da Campanha é apresentada uma reflexão sobre o conflito e suas múltiplas dimensões. Não sempre ou necessariamente negativo, o conflito faz parte da vida e da convivência humana. Pode ser um conflito de idéias ou de decisões. Pode acontecer dentro da própria casa, entre membros de uma mesma família. A questão é a maneira como é administrado e resolvido. Pode ser através do diálogo, buscando um consenso; ou da força, da violência, de modo que as opiniões de uma pessoa prevaleçam sobre as do outro.

O texto deixa claro que conflito não é sinônimo de violência e que a convivência humana supõe e deve administrar diferenças e divergências. Estas devem, contudo, ser trabalhadas por meio do diálogo. E se o consenso se revela mais difícil do que parece, há que entrar em cena a figura do mediador. Atualmente, o principal e praticamente único mediador de conflitos é o sistema judiciário, que verifica, à luz da legislação, qual das partes tem razão.

A Igreja pretende chamar a atenção para a necessidade de se ampliar a mediação de conflitos na sociedade brasileira. Está mesmo disposta a criar, para mediar os conflitos mais sérios, um ministério ou serviço eclesial com essa finalidade. Ao mesmo tempo, dispõe-se a trabalhar junto aos poderes públicos, a fim de que a mediação de conflitos se torne uma atividade institucional, e não se reduza a iniciativas isoladas. Existem já propostas de leis no sentido de que não apenas advogados, mas também psicólogos, teólogos, possam atuar como mediadores de conflitos.

Com respeito à violência, já se entra em outro nível. E a CF admite tratar-se de um problema primordial e grave no Brasil. Portanto, deve ser combatido por todos os meios possíveis, desde a denúncia até a defesa explícita, sobretudo daqueles que são mais vulneráveis. Existe a violência doméstica contra a mulher e a criança, assim como a do crime organizado. Existe a violência praticada e sofrida pela polícia. Existe ainda o racismo, forma terrível de violência simbólica. E os abusos explícitos contra os direitos humanos: tortura nas prisões, trabalho escravo, miséria das grandes majorias que pagam o preço da exorbitante riqueza de uns poucos.

Em todos os casos, o que a Campanha pretende demonstrar é que toda violência encontra sua raiz em alguma injustiça. A perda da correta relação entre pessoas e grupos humanos será sempre a geradora da violência. A injustiça oprime e pressiona até que a reação exploda em violência. Cria-se, então, uma cultura e uma indústria do medo, onde as pessoas constroem muros e cercas elétricas para se defenderem umas das outras.

A CF sabe não poder fazer milagres. Quer, porém, suscitar o debate, para que cada comunidade levante as situações de mais insegurança e violência presentes em seu meio, questione sobre suas causas e procure organizar-se para combatê-las. A paz verdadeira só poderá ser fruto maduro da justiça praticada. O problema da segurança pública que assola o Brasil só poderá ser resolvido quando justiça e paz se abraçarem, tal como diz o Salmo 58,11, apontando para os tempos messiânicos.

Maria Clara Lucchetti Bingemer, teóloga, professora e decana do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.



02/03/2009

http://www.jornalagazeta-ap.com/policia_estadual.htm

Vistoria encontra vários objetos ilegais em celas do lapen

No lapen, entra de tudo; basta ter dinheiro

A situação beira a magia. Magos conseguem transpor as barreiras e portão de ferro e vigilância atenta e transportar, sem ser percebido, até aparelho de ar condicionado, fogão, geladeira e outras comodidades domésticas, para dentro das celas. “É como se a magia deixasse também os objetos invisíveis aos olhos tão bem treinados dos guardas de presídio”, avalia um delegado. Ele diz não se espantar com a quantidade de armas e drogas que circulam no lapen. “Quem passa um boi passa uma boiada” filosofa.

Vistoria pró forma

A direção do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (lapen) realizou dia 26, uma vistoria no pavilhão semi-aberto da prisão. Diversos objetos foram apreendidos nas celas dos internos. De acordo com o coordenador do lapen, Wilson Souza, o número de agentes penitenciários trabalhando hoje no lapen é insuficiente. Das 10 guaritas existentes no Instituto, somente sete funcionam e três estão desativadas. Será feita uma investigação para saber a procedência dos utensílios. - Foi a primeira vistoria realizada no pavilhão em 2009, encontramos quatro celulares, uma quantia em dinheiro, um fogão improvisado com tijolos e fiação elétrica, um chip de celular, facas de mesa, tesouras, carregadores e também eixos de ventiladores, que retirados dos aparelhos, serviam como arma, afirmou o coordenador.

Ocorrências no lapen

Em janeiro de 2009, cinco pessoas fugiram da penitenciária, somente um foi recapturado. No mesmo mês, houve um princípio de rebelião que mobilizou policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e também do Grupo Tático Aéreo (GTA), na ação que conteve o tumulto.. Desde o início do ano, quatro mortes foram registradas dentro da prisão, segundo a administração do Instituto, a maioria dos casos foi suicídio. (Fonte: TV Amapá).

02/03/2009

CONJUR

Videoconferência compromete autodefesa

Por Kátia Tavares

[Artigo publicado no jornal *O Globo* nesta segunda-feira (2/3)]

Foi sancionada pelo presidente da República a lei 11.900/2009, que modifica a legislação para admitir a realização de interrogatório do preso no estabelecimento prisional, sem a presença física do juiz, por meio de um sistema audiovisual em tempo real. As principais justificativas da lei são a preservação da segurança pública e evitar a fuga dos presos com o deslocamento entre presídios e fóruns.

A repulsa ao interrogatório virtual deita raízes nos princípios constitucionais do processo legal, do contraditório (artigo 5º, incisos LIV e LV). Ademais, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário, também o Código de Processo Penal (artigo 185), preveem o direito de o réu ser conduzido à presença física do juiz natural.

Além disso, como o sistema punitivo é demasiadamente falho, essa mudança poderá acirrar as polaridades sociais no âmbito do processo e os erros judiciários já existentes.



Não é novidade que o perfil básico da população carcerária é constituído de jovens pobres, predominantemente negros, semi-analfabetos, aprisionados com menos de 30 anos de idade, sem advogado, com antecedentes criminais, cumprindo pena que varia entre quatro e quinze anos de prisão.

O interrogatório é a grande oportunidade que tem o magistrado para formar o juízo a respeito do acusado.

É nesse momento que o juiz poderá pessoalmente extrair as impressões necessárias para o julgamento do caso e, ainda, observar se o réu está em perfeitas condições físicas e mentais. O interrogatório realizado pela videoconferência compromete o exercício do direito à autodefesa. Dificilmente serão resguardados ao preso segurança e liberdade para que ele possa denunciar maus-tratos sofridos ou apontar os verdadeiros culpados.

O Estado deveria ter como prioridade investir concretamente e com eficiência numa política criminal de segurança pública, garantindo os direitos fundamentais e o princípio da isonomia. É bom lembrar, por fim, que é função do Poder Judiciário tutelar a liberdade humana e não socorrer o Poder Executivo em suas falhas e omissões.

02/03/2009

CONJUR

TJ de Alagoas implantará advocacia voluntária

O Tribunal de Justiça de Alagoas dá início à estruturação dos serviços de assistência jurídica voluntária. Com a medida, advogados e acadêmicos do curso de Direito poderão se cadastrar e prestar assistência jurídica gratuita para as pessoas que comprovarem insuficiência de recursos.

A assistência jurídica voluntária pretende auxiliar o Poder Judiciário a diminuir o número de presos provisórios no estado. A maioria da população carcerária não tem condições de arcar com as despesas de um advogado para acompanhar de perto seus processos. Com advogados voluntários, eles poderão contar com recursos judiciais que permitam a sua liberdade.

De acordo com a Resolução 62 do Conselho Nacional de Justiça, publicada em 12 de fevereiro, os tribunais estaduais, diretamente ou mediante convênio de cooperação feito com a Defensoria Pública da União e dos estados, devem implementar meios de cadastramento, preferencialmente informatizados, de advogados voluntários interessados na prestação de assistência jurídica.

No Tribunal de Justiça de Alagoas, o programa de assistência jurídica voluntária é parte de um projeto mais amplo, que deverá ser aprovado na sessão plenária que acontece nessa terça-feira (3/2), e que trata de ações concretas para proporcionar à população uma justiça mais célere e humanitária. Após a aprovação deste projeto, será definida data em que os advogados voluntários poderão se inscrever e quais convênios precisarão ser efetivados para viabilizar as ações.

A atuação dos acadêmicos do curso de Direito das diversas instituições de ensino de Alagoas no projeto de advocacia voluntária também servirá como apoio fundamental na resolução de questões importantes, como a superlotação do sistema prisional. De acordo com a resolução, os tribunais poderão firmar convênios ou termos de cooperação com instituições de ensino, sendo supervisionados por advogados orientadores contratados pela faculdade

Com informações da Assessoria de Comunicação do TJ-AL.



02/03/2009

ADITAL / Correio da Cidadania

Segurança Pública e Fraternidade

Frei Betto *

Inicia-se, nesta Quaresma, a 47ª edição da Campanha da Fraternidade (CF), promovida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). O tema deste ano é "Fraternidade e segurança pública", e o lema "A paz é fruto da justiça" (Isaías 32, 17).

Segundo o documento da CF, entre os objetivos se destacam "suscitar o debate sobre segurança pública e contribuir para a promoção da cultura de paz; denunciar os crimes contra a ética, a economia e as gestões públicas, assim como a injustiça presente nos institutos de prisão especial, do foro privilegiado e da imunidade parlamentar para crimes comuns; favorecer a articulação de redes populares e de políticas públicas com vistas à superação da violência; apoiar as políticas governamentais valorizadoras dos direitos humanos".

A CNBB aponta três tipos de violência predominantes no Brasil: a estrutural, que nega cidadania a uma parcela da população e discrimina os "diferentes"; a física, como a tortura, a agressão à mulher, a exploração laboral e sexual de crianças; e a simbólica, através de ameaças e constrangimentos, negação de informação e disseminação da cultura do medo.

Talvez a mais freqüente e dissimulada seja a que ocorre dentro dos lares, desde maus tratos a empregadas às brigas entre casais; a agressão à mulher e aos filhos; as dependências químicas; o descaso pelos idosos; a pedofilia indenunciada e recorrente.

Uma das formas de violência mais visíveis hoje é a ambiental, que promove o desmatamento e a poluição das águas e do ar, favorece a emissão de CO2 na atmosfera e o aquecimento global; reduz a biodiversidade e as fontes de alimentos saudáveis. Há também a sutil, como alimentos transgênicos não-identificados, embalagens perniciosas à saúde, produtos com substâncias químicas nocivas.

Os dados da CNBB mostram que indígenas e pequenos agricultores têm perdido suas terras e sido assassinados em decorrência de conflitos fundiários. "Como não há limites, os que têm dinheiro se tornam proprietários da maior parte das terras; no outro extremo, quem não tem como comprar, fica sem nada, sem lugar para trabalhar e para viver. Como surgem os Sem-Terra e os Sem-Teto organizados, exigindo seus direitos, nada mais fácil que cresça a acusação e a imagem de que são baderneiros e, no limite, terroristas, e que ela seja combinada com o sentimento geral de que a violência direta ou a repressão policial é o prêmio destinado a quem se rebela contra a própria sorte" (p. 185).

A violência não reside apenas em agressões evidentes. Ela se imiscui até mesmo no nosso modo de pensar e falar, no discurso que considera a paz resultado do equilíbrio de forças ("mais cadeias, mais repressão") e não fruto da justiça. Há ainda a violência da mídia que invade os lares com programas pornográficos, exaltando a imbecilidade, a ociosidade vadia, o sucesso e a fama dos que transgridem as leis.

A CNBB propõe que o tema da segurança pública seja debatido em escolas, igrejas, fóruns, mídias. Sugere que se promova o diálogo com o poder público para a elaboração de programas, leis e políticas de segurança; que sejam organizados atos públicos em favor do tema; criem-se comissões de justiça e paz e de direitos humanos que possam acompanhar casos de violação desses mesmos direitos; denuncie e combata-se toda forma de trabalho escravo, de tráfico de pessoas, de exploração sexual, de violência doméstica.

Na prática de Jesus, três atitudes antiviolência se destacam: a humildade (fazer-se criança, Mateus 18, 4); o amor aos pobres e excluídos (Mateus 18,10 e 25, 31-40); o perdão (Mateus 18, 22). E o programa de justiça, capaz de engendrar a paz, contido no Sermão da Montanha (as bem-aventuranças Mateus 5, 1-12).

O documento da Campanha da Fraternidade 2009 pode ser adquirido em livrarias católicas ou via: vendas@edicoescnbb.com.br

[Autor, em parceria com Marcelo Barros, de "O amor fecunda o Universo" (Agir), entre outros livros].



02/03/2009

MJ

Encontros em Santa Catarina discutem penas alternativas

Brasília, 02/03/09 (MJ) – A Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas (Conapa), órgão consultivo do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), se reúne nos dias 5 e 6 de março, em Santa Catarina, para programar discussões livres sobre o assunto, até julho, em todas as unidades da federação.

“Estaremos mobilizando e legitimando os atores estratégicos desse segmento a apresentarem o conjunto de suas propostas para a deliberação na Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), durante o debate sobre as Diretrizes para o Sistema Penitenciário”, declarou Márcia de Alencar, coordenadora-geral de Penas e Medidas Alternativas (PMA) do Depen.

O encontro da Conapa ocorrerá em Santa Catarina para também articular a estruturação do sistema de PMA no estado, com autoridades do Ministério da Justiça, do Tribunal de Justiça (TJ), do Ministério Público, da Secretaria de Segurança Pública e da Superintendência de Administração Penitenciária. A visita institucional será as 10 h do dia 05, na Presidência do TJ/SC.

1ª CONSEG - A 1ª Conseg será realizada nos dias 27, 28, 29 e 30 de agosto deste ano, em Brasília. A iniciativa envolve um conjunto de etapas preparatórias para o debate do Texto-Base da Conferência e repactuação de um novo modelo de política de segurança Pública no país. Informações: www.conseg.gov.br.

Depen - O Departamento, através da Coordenação de Penas e Medidas Alternativas e em parceria com o Poder Executivo de Santa Catarina, investiu no final de 2008 R\$ 442.698,84 para implantar duas Centrais de Monitoramento de PMA nas comarcas de Florianópolis e São José.

O estado aplicou 12.519 PMA em 2008, sendo 9.930 medidas e 2.589 penas alternativas, conforme dados fornecidos ao Depen pela Corregedoria do Tribunal de Justiça.

02/03/2009

MJ

Penas e Medidas Alternativas superam ainda mais o número de presos

Brasília, 02/03/09 (MJ) – O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) informou nesta segunda-feira (2) que há 25% (588.830) mais pessoas cumprindo penas e medidas alternativas do que presas (446.764) no Brasil. “Após uma década da Lei 9.714/98, a iniciativa não se confirmou como uma alternativa à prisão e sim como outro sistema penitenciário, destinado a um público específico, diverso daquele que precisa ser mantido preso”, declarou a coordenadora-geral do Programa de Penas e Medidas Alternativas (PMA), Márcia de Alencar.

Para o presidente da Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas (Conapa) e vice-presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária CNPCP, Geder Gomes, “a administração penitenciária precisa urgentemente despertar para essa nova realidade e se dedicar à estruturação do seu efetivo controle penal, uma vez que se trata de uma execução de curta duração, que poderá contribuir cada vez mais para estabilizar o sistema penitenciário como um todo”.

Recursos do Depen para 2009

Em 2009, o DEPEN destinará R\$ 10 milhões ao fomento de serviços de monitoramento de Penas e Medidas Alternativas (PMA) no país. As propostas poderão ser apresentadas até dia 5 de abril, priorizando o financiamento das seguintes temáticas:

- Interiorização das centrais e dos serviços de monitoramento das PMA;

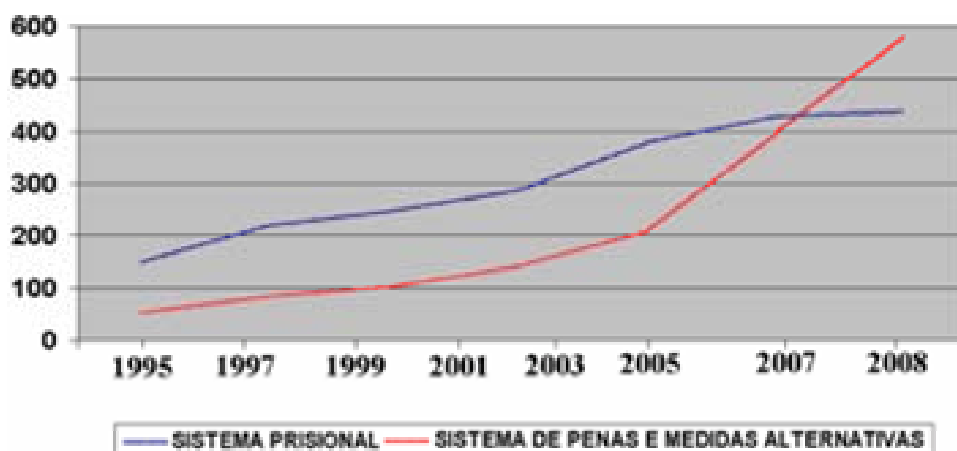
- Instalação de varas especializadas de PMA;
- Alternativas à prisão provisória das pessoas detidas em razão de delitos cuja pena é passível de substituição penal;
- Estruturação das redes sociais de PMA;
- Apoio aos programas de inclusão social do cumpridor de PMA;
- Monitoramento especializado de infratores nas áreas da violência doméstica contra a mulher, da saúde mental e do uso abusivo de drogas, acidente de trânsito e torcedor infrator.

Sistema punitivo brasileiro

O sistema penal brasileiro pode punir, basicamente, de duas formas: prendendo ou restringindo direitos do infrator. A pena de multa pode estar associada a essas modalidades.

O primeiro modo de punir retira a liberdade da pessoa, conhecido como sistema prisional ou carcerário, destinado aos que cometeram crimes com condenação entre 04 a 30 anos, considerados crimes de alto potencial ofensivo. O segundo restringe direitos, chamado de penas e medidas alternativas (à prisão), destinado àqueles não representam risco real à sociedade, sem a punição segregar o indivíduo do seu meio social.

Hoje, o sistema de PMA conta com 19 varas especializadas e 306 centrais e núcleos de monitoramento, além de uma rede social composta de aproximadamente 12.673 entidades parceiras. Essa estrutura cobre, de forma direta, apenas cerca de 13% das 2.510 comarcas existentes e 40%, de forma indireta.



02/03/2009

Diário do Nordeste

Estatuto humaniza presídios

Por Marcelo Raulino



O projeto que cria o Estatuto do Sistema Penitenciário Nacional poderá ir a plenário ainda este ano na Câmara

O principal resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário, realizada até julho do ano passado -o Projeto de Lei 4201/08, que cria o Estatuto Penitenciário Nacional - deverá ser analisado este ano por uma comissão especial na Câmara dos Deputados. A Mesa Diretora da Casa decidiu constituir a comissão logo no início dos trabalhos legislativos deste ano. A esperança é que sua votação ocorra ainda este ano.

O projeto foi elaborado pelo relator da CPI, deputado Domingos Dutra (PT-MA), e tem 119 artigos que estabelecem regras relativas ao funcionamento dos presídios e ao respeito aos direitos e deveres dos presos. O estatuto assegura ao preso o respeito à individualidade, à integridade física, à dignidade moral, à crença religiosa e aos preceitos morais.

O projeto é resultado das visitas feitas pela CPI a vários presídios do País. De acordo com Domingos Dutra, foram encontradas situações subumanas, como celas superlotadas, presos alimentando-se em sacos plásticos, maus-tratos, ameaças de morte, presos comandando alas e muitas vezes até os carcereiros.

‘A proposta tem o objetivo de assegurar condições para que o preso cumpra sua pena em ambiente de dignidade, de forma a permitir a sua ressocialização’, diz o deputado.

Dentre outros pontos, o projeto veda, em caráter absoluto, o cumprimento da pena em delegacias ou na superintendência da Polícia Federal. A situação foi constatada em diversas cidades. Com os presídios lotados as cadeias estão repletas de presos da Justiça.

A situação cria um círculo vicioso onde os governos vão empurrando com a barriga a resolução do problema. No Ceará, o Instituto Presídio Paulo Sarasate (IPPS), que tem capacidade para 940 presos, conta com 1.200 detentos. O maior presídio do Ceará foi um dos 27 estabelecimentos brasileiros com pior avaliação no relatório final da CPI do Sistema Carcerário. Superlotação, falta de infra-estrutura e presos em condições precárias. As refeições eram servidas em sacos plásticos.

No Brasil, há 233,5 mil vagas para 420 mil presos, excluindo dessa conta aqueles em regime aberto. Isso representa 1,45 preso para cada vaga nos estabelecimentos penais.

No projeto há ainda normas específicas sobre saúde da mulher, com a previsão de medidas de prevenção do câncer ginecológico e oferecimento obrigatório de creche e berçário para crianças de até dois anos, filhas de mulheres encarceradas.

A proposta também estabelece a obrigatoriedade da alfabetização dos presos e da oferta de estudo básico e profissionalizante, criando estrutura de biblioteca, salas de aula e acesso a cursos por rádio, televisão e internet.



Fábrica de criminosos

Os presídios brasileiros se tornaram verdadeiras universidades do crime, onde presos que cometeram pequenos ilícitos acabam fazendo pós-graduação em crimes e muitos, ao serem libertos, acabam reincidindo na prática criminosa. Visando minimizar esse problema, o Estatuto tenta humanizar os presídios, proibindo o uso de correntes, algemas e camisas de força para impor castigos e tipifica os crimes contra os presos. A principal punição é a perda do cargo ou função pública e a inabilitação por dez anos para o seu exercício.

O projeto prevê punições para os agentes penitenciários responsáveis por maus-tratos, abandono do preso, separação irregular, condições indevidas, isolamento exagerado, sujeição a trabalho excessivo ou inadequado e abuso de meios de correção ou disciplina. Também incorrerá em crime o juiz ou promotor que deixar de visitar mensalmente os presídios que devem fiscalizar. Na avaliação de Dutra, o projeto representará um 'inegável aperfeiçoamento' do sistema.

FIQUE POR DENTRO

Superlotação é o principal problema

De acordo com informações do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen) apresentadas em outubro do ano passado na CPI do Sistema Carcerário, a população carcerária é estimada em 420 mil presos, sendo que a capacidade de ocupação dos estabelecimentos penais é de apenas 233,5 mil, ou seja, o número de detentos excede em 200 mil o número de vagas. Além disso, o número de mandados de prisão a serem cumpridos é de 580 mil, diante da perspectiva de criação de apenas 33 mil novas vagas até 2012. No Ceará atualmente existem 12.766 detentos no sistema prisional, mas só existem 8.101 vagas.

OUTROS RESULTADOS

Cada cidade deverá ter uma cadeia

Outro projeto oriundo da CPI do Sistema Carcerário altera a Lei de Execução Penal (número 7.210/84). A proposta torna obrigatória a existência de uma cadeia pública em cada município brasileiro para resguardar o interesse da administração da justiça criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar.

Cria ainda Centros de Monitoramento e Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas à Prisão, com participação da sociedade e a assistência psicológica ao preso no cumprimento da pena. Esses centros terão equipe de fiscalização e equipe interdisciplinar integrada por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e outros profissionais cuja área de conhecimento seja relacionada à execução de penas e medidas alternativas à prisão.

A proposta determina que a execução dessas penas e medidas alternativas se dará de forma integrada, articulada, interativa e interinstitucional, com a implementação de políticas públicas sociais nas áreas da saúde, escolarização, profissionalização e geração de emprego e renda.

Será atribuição dos centros montar redes sociais para oferecer vagas e serviços necessários à estruturação, monitoramento e fiscalização do cumprimento dessas penas. Para isso, o Estado deverá firmar acordos, parcerias e convênios com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), universidades públicas e privadas, organizações não-governamentais nas áreas de justiça, desenvolvimento social, cidadania e direitos humanos, e com entidades representativas da comunidade vinculadas à execução penal.

Para cada grupo de 500 condenados, o centro deverá ter dois psicólogos; dois assistentes sociais; dois pedagogos; e quatro defensores públicos. Atualmente, é garantido aos presidiários o atendimento médico, farmacêutico e odontológico. Pela proposta, também haverá assistência psicológica ao preso enquanto cumprir pena. O projeto define ainda que o Estado deverá prestar assistência a quem deixar a cadeia durante seis meses a partir de sua liberação.

Hoje, a lei estabelece apenas que a assistência ao egresso do sistema penitenciário consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação por dois meses.



MELHORIA

Índice poderá verificar condições dos presos

O deputado Dr. Talmir (PV-SP), está propondo a criação de um Índice de Ressocialização do Preso (IRP), com o objetivo verificar as condições em que vivem os apenados no País. O índice medirá a qualidade da alimentação; condições de acomodação e higiene; acesso a serviços de saúde; efetividade da assistência jurídica; e oferta de estudo e trabalho em cada estabelecimento penal.

Serão avaliados ainda, as características regionais da instituição penal, que deverão ser estabelecidos em regulamentação própria, de forma a permitir comparações em âmbito nacional. O projeto fixa que os órgãos de execução penal serão obrigados a manter registro do índice atualizado

De acordo com o deputado Dr. Talmir, o projeto foi idealizado a partir das resoluções tomadas na CPI do Sistema Carcerário. Diz que verificou quanto causa prejuízo ao sistema, a falta de informações sobre a situação dos presos.

Ele diz que há presídios onde as atividades existem só de fachada, falta total de higiene, péssima alimentação e violência não fiscalizada. Na sua opinião, com o índice será possível coibir esses problemas com muito mais facilidade.

O deputado quer que o IRP funcione como controlador das atividades dos administradores das prisões e como um indicador para definir a destinação de recursos públicos.

EXCESSO

Ceará tem 4 mil detentos a mais que o número de vagas

No Ceará são 12.766 detentos, enquanto as unidades prisionais do Estado, juntas, têm capacidade real para abrigar 8.101 mil condenados. O excedente é de 4.665 presos. A situação mais complicada é do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), inaugurado há quase 40 anos, o IPPS abriga, atualmente, cerca de 1.200 detentos, enquanto a capacidade real é para 940 homens.

Devido a superlotação o IPPS foi interdito no ano passado pelo juiz Roberto Viana Diniz de Freitas que acatou parecer do ministério público

A superlotação persiste nas outras unidades prisionais cearenses. As duas mais novas - as Casas de Privação Provisória da Liberdade (CPPL), de Caucaia e Itaitinga, com capacidade para 800 detentos, cada, estão com lotação acima de suas capacidades.

Já as delegacias da Grande Fortaleza registram superlotação em seus xadrezes. As fugas voltaram a acontecer semanalmente. Nos presídios e cadeias públicas do Interior, o quadro se repete. Mais de 700 presos ocupavam as celas das delegacias distritais e metropolitanas de Fortaleza, outros 130 estavam confinados nos xadrezes das delegacias especializadas segundo o último levantamento divulgado ano passado.

01/03/2009

IBCCRIM

STF julga inconstitucional execução provisória da pena

O Supremo Tribunal Federal entendeu ser inconstitucional a chamada execução provisória da pena privativa de liberdade, ou seja, a sua concretização antes do trânsito em julgado de decisão penal condenatória, por violação à dignidade humana e ao princípio constitucional da presunção de inocência. Há poucos dias, em julgamento histórico fomentado por voto vencedor do Ministro Eros Grau, o STF reviu entendimento até então vigente.

Veja abaixo a ementa e a íntegra do voto vencedor desse paradigmático Acórdão:

Habeas Corpus 84.078 - EMENTA

Habeas Corpus 84.078 - VOTO